



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa de Unidade Curricular

- Ano Lectivo 2006/2007 -

Faculdade

Direito

Licenciatura

Direito

Unidade Curricular

Direito Processual Civil Declarativo

Ano: 2.º

Tipo: 2.º Semestre

Nº ECTS: 6

Regentes

Prof. Cons. Jaime Octávio Cardona Ferreira

Mestre António Julio da Fonseca Santos Cunha

Assistentes

Dr. José Carlos Garcia dos Santos

Dr. José Bernardo Trindade de Barros

Carga Horária Lectiva Semanal

Aulas Teóricas: 2

Aulas Práticas: 1

Orientação Tutorial: 1

Língua de Ensino

Português

Objectivos Gerais

Dotar os alunos dos conhecimentos necessários ao domínio da legislação que disciplina os requisitos das acções declarativas, bem como os actos susceptíveis de serem praticados em juízo, desde a apresentação da petição inicial até à prolação da decisão final.

Alcançar uma primeira aproximação dos alunos às práticas processuais civis declarativas

Objectivos Específicos

Aprendizagem:

- Da disciplina dos pressupostos processuais.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- Da disciplina do processo comum declarativo.
- Das orientações jurisprudenciais dominantes.
- De aspectos da praxis forense

Competências a adquirir

Aptidão para o exercício de profissões forenses

Metodologia de Ensino

Pedagogia activa quer nas aulas teóricas quer, naturalmente, nas aulas Teórico-práticas. Recurso à simulação de situações processuais com intervenção dos alunos. Incentivo à investigação. Organização de debates

Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

I- Pressupostos processuais

1. Noção. Algumas características
2. Personalidade judiciária
3. Capacidade judiciária
- 3.1 Noção. Critério de aferição, Meios e modos de suprimento
4. Legitimidade
- 4.1. Noção. Critérios de aferição
- 4.2. Legitimidade plural
- 4.3 Coligação
- 4.5 Intervenção de terceiros. Traços gerais do seu regime
5. Interesse processual
6. Patrocínio judiciário obrigatório
- 7 Competência jurisdicional

II A Marcha do Processo Declarativo

1. Regras básicas: Tipos de acção (forma e finalidade). O paradigmático processo declarativo ordinário; Fases fundamentais.

A) O processo declarativo ordinário

1. Fase dos Articulados.
 - 1.1 Petição inicial
 - 1.1.2. Noção. Requisitos formais e de conteúdo
 - 1.1.3. O pedido. Características e espécies
 - 1.1.4. A causa de pedir. Características e espécies
 - 1.1.5. Ineptidão da petição
 - 1.2. Recusa da petição pela secretaria
 - 1.3. Distribuição
 - 1.4. Despachos liminares. Sua admissibilidade
 - 1.5. Citação.
 - 1.5.1 Causa final; Citação e notificação. Modalidades. Regimes gerais da falta e de nulidade de citação. As notificações inter-mandatários.



Handwritten signature and initials.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- 1.6. Contestação
 - 1.6.1. Prazo
 - 1.6.2. Ónus da contestação e revelia
 - 1.6.2.1. Noção
 - 1.6.2.2. Regime-regra da revelia
 - 1.6.2.3. Excepções
 - 1.6.3. Modalidades da contestação defesa
 - 1.6.4. Princípios da contestação defesa
 - 1.6.5. Reconvenção
- 1.7. Réplica
- 1.8. Tréplica
- 1.9. Articulados supervenientes
- 2. Fase do julgamento antecipado da acção ou saneamento e condensação do processo
 - 2.1. Fins específicos
 - 2.2. Despacho pré-saneador
 - 2.3. Audiência preliminar
 - 2.4. Despacho saneador
- 3. Fase da instrução
 - 3.1. Conceito e finalidades
 - 3.2. Conceito e sentidos da prova.
 - 3.3 Classificação legal e doutrinal das provas
 - 3.4. Direito probatório material e direito probatório formal
 - 3.5. Ónus da prova
 - 3.5.1 Repartição do ónus da prova.
 - 3.6. Princípios gerais do direito probatório formal
 - 3.7 Valor extraprocessual da prova
 - 3.8 Os meios de prova e seus respectivos regimes. Traços gerais.
- 4. Fase da audiência final.
 - 4.1. Tribunal singular e colectivo; Poderes - deveres do Juiz Presidente; A excepcional importância do julgamento fáctico. Factualidade cognoscível; motivação; Reclamação e Decisão. Alegações.
- 5. Fase da sentença.
 - 5.1. Estrutura . O julgamento de Direito
 - 5.2. Efeitos da sentença
 - 5.3. Vícios da sentença
- 6. Poder jurisdicional. Caso julgado, limites: Recorribilidade e Exequibilidade
- B) O processo sumário. Especialidades
- C) O processo sumaríssimo. Especialidades.
- III Julgados de Paz: Linhas gerais; Tribunais Arbitrais Voluntários: Linhas gerais. O Processo Civil Experimental.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Bibliografia Principal

Autor(es)

Freitas, Lebre de

Título

A Acção Declarativa Comum, à luz do Código Revisto

Edição

-

Local

-

Editora

Coimbra Editora

Ano

2000

Autor(es)

Cunha, António Julio

Título

Apontamentos de Direito Processual Civil, I e II

Edição

-

Local

-

Editora

U. Lusíada

Ano

2002

Bibliografia Complementar

Autor(es)

Varela, João de Matos Antunes

Título



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Manual de Direito Processual Civil

Edição

2.^a

Local

-

Editora

Coimbra Editora

Ano

1986

Autor(es)

Ferreira, Jaime Cardona

Título

Edição

Textos de Apoio sobre Direito Processual Civil Declarativo e Organização Judiciária

4.^a

Local

Lisboa

Editora

Universidade Lusíada

Ano

2006

Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes

Serão considerados especialmente relevantes os seguintes aspectos:

- Assiduidade
- Elaboração de trabalhos escritos sobre os temas a propor no início do ano.
- Participação nos debates a realizar

Recursos Didáticos

Power-point (organigramas - peças processuais)
Bases de Dados on line (jurisprudência)

Palavras-chave

Processo – Acção – Direito – Civil

António G. C. Cunha


FUNDAÇÃO MINERVA • CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 Lisboa -
Telefone 213 611 500 - Fax 213 638 307

E-mail: info@lis.ulusiada.pt • <http://www.lis.ulusiada.pt>

